

Encontro SECOVI PQE

O Departamento
Jurídico do SECOVI
responde



SECOVI SP
O SINDICATO DA HABITAÇÃO **70**
ANOS

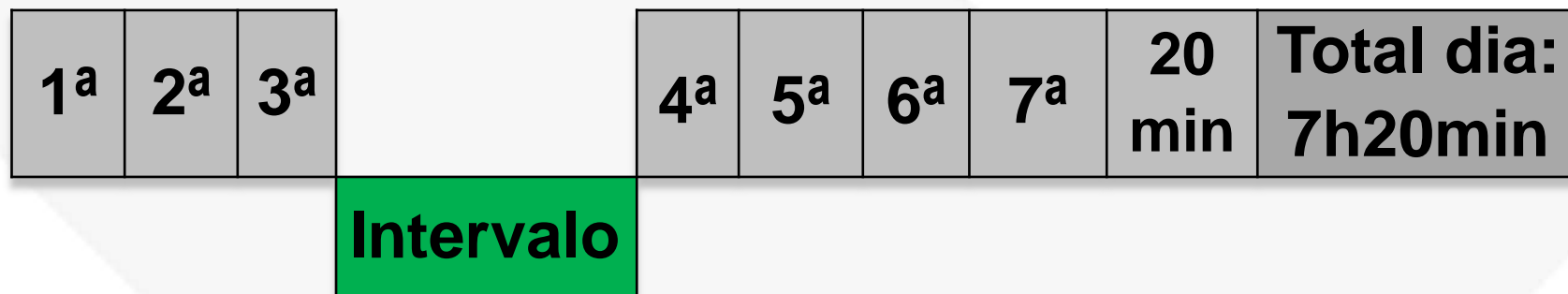
Jornada de Trabalho

Intervalo para refeição – art. 71 CLT

- ✓ Todo trabalho contínuo;
- ✓ Jornada de até 4 horas diárias – não é devido o intervalo;
- ✓ Jornada de 4 a 6 horas diárias – 15 minutos de intervalo;
- ✓ Jornada superior a 6 horas – no mínimo 1 hora e no máximo 2 horas;
- ✓ Não é computado na duração do trabalho;
- ✓ O intervalo mínimo de 1 hora poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho;
- ✓ Supressão do intervalo – “indenização” do período.

Jornada de Trabalho

Exemplo de jornada regular



7h20 min X 6 dias = 44h semanais

Jornada de Trabalho

Súmula 437 do TST

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT

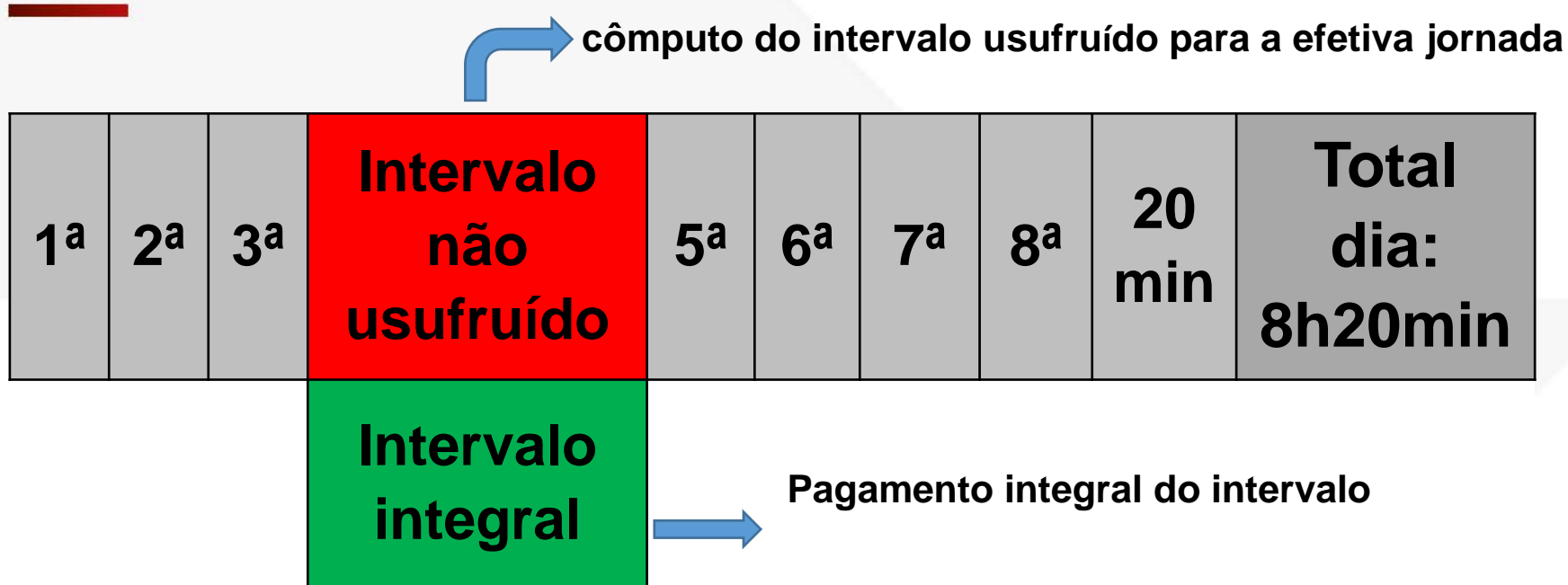
I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II – (...)

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

IV – (...)"

Exemplo de aplicação da Súmula 437



8h20min x 6 dias = 50h/semana

Jurisprudência

— **“INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO PARCIAL. A aplicação da S. 437, I, do TST, transfere o tempo do intervalo (parcial) trabalhado para o cálculo da jornada (a definir até onde será tempo ordinário, e o início do extraordinário). Ou seja: o tempo (parcial) do intervalo trabalhado é um não intervalo, e por isso se torna tempo de trabalho no cálculo da jornada, a justificar que o empregado seja integralmente remunerado pelo intervalo que não gozou.” (TRT/SP – Processo nº: 0001296-16.2014.5.02.0057 – Acórdão: 20160473165 - 6ª Turma – Relator: Desembargador Rafael E. Pugliese Ribeiro – Data da publicação: 11/07/2016)**

Jurisprudência

— **“EMENTA: RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE BIS IN IDEM.** O deferimento de horas extras pela extrapolação da jornada contratual e pela redução do intervalo intrajornada não constitui *bis in idem*, porque as parcelas deferidas têm fundamento diverso (um, o trabalho prestado além da jornada contratual; outro, o desrespeito à norma de saúde e segurança do trabalhador), conforme entendimento da Súmula nº 437, I, do TST. Recurso de que se conhece e a que se dá provimento.” (TST - RR 8545020135150113. Relatora: Kátia Magalhães Arruda. 6ª Turma. Data de Publicação: 12.06.2015)

OBRIGADO

jurídico@secovi.com.br

5591-1217

5591-1218



SECOVI SP
O SINDICATO DA HABITAÇÃO **70**
ANOS